

MINUTA
INSTRUÇÃO NORMATIVA – LICENCIAMENTO PARA CONCESSÃO FLORESTAL

Versão - 15 junho 2007

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº , DE DE DE 2007.

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e, tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006 e nos arts. 25 a 28 do Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007,

R E S O L V E :

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Os procedimentos técnicos para o licenciamento ambiental para o uso sustentável de florestas públicas, mediante concessão florestal e para a elaboração, apresentação e avaliação técnica do Relatório Ambiental Preliminar – RAP observarão o disposto nesta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Para fins desta Instrução Normativa, entende-se por Relatório Ambiental Preliminar – RAP o estudo técnico necessário para o licenciamento ambiental do uso sustentável de florestas públicas, mediante concessão florestal, nos termos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, elaborado por uma equipe técnica multidisciplinar, com o objetivo de oferecer os elementos necessários à análise da viabilidade ambiental do manejo florestal na área de estudo.

CAPÍTULO II
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS FLORESTAS PÚBLICAS
PARA CONCESSÃO FLORESTAL
Seção I – Da solicitação da licença prévia

Art. 2º A licença prévia para uso sustentável da floresta pública, por meio de concessão florestal, será solicitada pelo Serviço Florestal Brasileiro ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, mediante a apresentação de RAP, elaborado em conformidade com o Anexo I desta Instrução Normativa.

§ 1º O RAP será elaborado para florestas públicas localizadas em um único ecossistema e um único Estado.

§ 2º O RAP e a respectiva licença poderão compreender uma ou mais unidades de manejo ou o lote de concessão florestal.

Seção II – Da análise técnica do RAP

Art. 3º A análise técnica do RAP pelo IBAMA poderá alcançar os seguintes resultados, individualmente ou em conjunto:

- I – licenciamento prévio da floresta pública, nos termos solicitados pelo Serviço Florestal Brasileiro;
- II – indicação de restrições a serem observadas:
 - a) no processo de licitação;
 - b) no contrato de concessão florestal;
 - c) na elaboração e execução do Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS;
- III – indicação de polígonos a serem excluídos das Áreas de Manejo Florestal-AMF,

conforme definição constante do inciso V, do art. 2º, da Instrução Normativa nº 5, de 11 de dezembro de 2006;

IV – indicação da necessidade de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, para toda ou para parte da floresta pública;

V – indicação da necessidade de reelaboração, revisão ou complementação do RAP.

§ 1º A licença prévia poderá ser concedida em relação a parte da floresta pública.

§ 2º A indicação da necessidade de elaboração de EIA/RIMA, de que trata o inciso IV, poderá ser condicionada ao tipo de exploração a ser autorizada para a área, conforme zoneamento da floresta pública.

Seção III – Dos critérios para exigibilidade de Estudo de Impacto Ambiental - EIA

Art. 4º Será necessária a elaboração de EIA/RIMA sempre que a floresta destinar-se à prática de manejo florestal madeireiro com intensidade de corte superior a 30 m³ por hectare, mesmo que observado o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 2006, deste Ministério.

Seção IV - Da validade do licenciamento ambiental

Art. 5º O licenciamento ambiental para o uso sustentável de florestas públicas, mediante concessão florestal, terá a validade de 5 anos, findos os quais será necessária a elaboração de novos estudos para que a unidade de manejo seja submetida à licitação para concessão florestal.

Parágrafo único. A validade do licenciamento ambiental poderá ser prorrogada por igual período.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA

ANEXO I

Estrutura básica do Termo de Referência para a elaboração do Relatório Ambiental Preliminar - RAP

1. Descrição e localização georreferenciada dos lotes de concessão:

1.1 mapa em escala compatível com o tamanho do lote da localização do lote de concessão florestal, com descrição da divisão política, hidrografia e estradas;

1.2 texto descritivo do lote de concessão, com menção à sua área territorial (hectares ou km²); UF e município(s) de localização.

2. Descrição das características de solo, relevo, tipologia vegetal e classe de cobertura:

2.1. características do solo:

2.1.1 ~~Mapa na escala de 1:250.000 ou maior~~ Mapa em escala compatível e adequada, mínima de 1:250.000,, derivados da bibliografia existente;

2.1.2 Texto descritivo, com base em publicações, quando houver, de ocorrências de fenômenos edáficos, como terras pretas de índio, manchas de solo de aluvião associadas à manchas distintas de vegetação (e.g., campinarana), etc;

2.2 relevo:

2.2.1 ~~m-Mapa em escala compatível e adequada, mínima de 1:250.000, para a caracterização de Áreas de Preservação Permanente – APPs, definidas no art. 1º, § 2º, inciso II, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal; na Lei nº 7.754, de 14 de abril de 1989, ou declaradas por ato do Poder Público, derivados de bibliografia e sensoriamento remoto (análise de imagens);~~

2.2.2 Texto descritivo das classes de relevo;

2.3 tipologia vegetal:

2.3.1 ~~mapa na escala de 1:250.000 ou maior~~ Mapa em escala compatível e adequada, mínima de 1:250.000,, derivados de bibliografia, sensoriamento remoto (análise de imagens) e do inventário florestal, mostrando as tipologias existentes, de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e identificando Áreas Prioritárias para Conservação, de acordo com o Projeto de conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira - Probio;

2.3.2 texto descritivo das tipologias ocorrentes na área, incluindo a ocorrência de terra firme, várzea, igapó, vegetação decídua, espécies características e estrutura da floresta, de acordo com a bibliografia disponível.

2.4 classes de cobertura (uso da terra):

2.4.1 ~~mapa na escala de 1:250.000 ou maior~~ mapa em escala compatível e adequada, mínima de 1:250.000, derivado de bibliografia, sensoriamento remoto (análise de imagens) e informações do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia - Prodes;

2.4.2 mapa com legenda dos diferentes usos da terra na área de estudo, incluindo áreas de floresta primária, secundária, áreas degradadas, desmatamentos, pastagem e agricultura.

3. Descrição da flora e da fauna, com base na literatura disponível e no inventário florestal, inclusive com a indicação de ocorrência das espécies ameaçadas de extinção e endêmicas:

3.1 descrição da flora:

3.1.1 texto descritivo sobre a presença e grau de abundância de espécies características da flora local, relatando em especial o potencial uso econômico e/ou tradicional, e espécies endêmicas e ameaçadas de extinção de acordo com as listas do IBAMA, União para a Conservação da Natureza - IUCN e Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES;

3.2 descrição da fauna, conforme literatura disponível:

3.2.1 texto descritivo indicando a ocorrência de espécies da fauna local, relatando em especial o potencial uso econômico e/ou tradicional, e espécies endêmicas e ameaçadas de extinção de acordo com as listas do IBAMA, IUCN e CITES;

4. Descrição dos recursos hídricos das unidades de manejo:

4.1 detalhamento do mapa de hidrografia (item 1), incluindo plotagem das APPs e identificação das áreas para outorga preventiva da Agência Nacional de Águas - ANA para os corpos d'água com potencial de uso (Lei nº 9.984, de 2000).

5. Resultados do inventário florestal:

5.1 informações a serem obtidas do inventário florestal amostral, de acordo com Lei nº 11.284, de 2006, e Decreto nº 6.063, de 2007:

- 5.1.1 área basal de todas as espécies com diâmetro acima de 10 cm;
- 5.1.2 número de árvores por estrato, espécie e classe de diâmetro a partir de 10 cm;
- 5.1.3 volume das espécies acima de 50 cm de diâmetro;
- 5.1.4 lista de espécies (nomes científicos e vulgares associados) com base na descrição da composição florística;

6. Descrição da área do entorno :

6.1 infraestrutura de acesso para os produtos e serviços florestais:

- 6.1.1 descrição dos acessos viários e hidroviários aos pólos madeireiros e/ou centros processadores e consumidores de produtos e serviços florestais;
- 6.1.2 apresentação esquemática das vias existentes ou potenciais de transporte de matéria-prima florestal e/ou acessos para atividades turísticas;

6.2 Mão-de-obra disponível (urbana e rural):

6.2.1 compilação e análise dos dados do IBGE e/ou estatística oficiais estaduais sobre População Economicamente Ativa – PEA, incluindo o perfil de escolaridade e renda nos municípios abrangidos pela área de estudo;

6.3 Atividades econômicas preponderantes (florestal e outras):

6.3.1 compilação e análise dos dados do IBGE e/ou estatística oficiais estaduais sobre atividade econômicas, nos municípios abrangidos pela área de estudo, incluindo principais cultivos e criações, volume e renda obtida com a produção;

6.4 Riscos para a atividade florestal:

- 6.4.1 texto descritivo e análise dos aspectos epidemiológicos (e.g., área de ocorrência de doenças endêmicas), sendo que para áreas de ocorrência de malária devem estar de acordo com a prévia avaliação e recomendação da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, conforme Resolução Conama nº 286, de 2001;
- 6.4.2 texto descritivo e análise dos aspectos relacionados ao risco de invasões e conflitos sociais;
- 6.4.3 texto descritivo e análise dos aspectos econômicos em relação às atividades concorrentes (ex.: pecuária, mineração).

Observação: a descrição da área do entorno abrangerá os municípios onde se localiza a área em estudo.

7. Caracterização e descrição das áreas de uso comunitário, unidades de conservação, áreas prioritárias para a conservação, terras indígenas e áreas quilombolas adjacentes ao lote de concessão:

7.1 Dinâmica de ocupação territorial, incluindo conflitos socioambientais:

7.1.1 ~~mapa na escala de 1:250.000 ou maior~~ mapa em escala compatível e adequada, mínima de 1:250.000, com localização georreferenciada e identificação das áreas de uso comunitário, unidades de conservação, áreas prioritárias para a conservação, terras indígenas e áreas quilombolas adjacentes ao lote de concessão;

7.1.2 texto descritivo das características territoriais, fundiárias, e em caso de existência, de conflitos socioambientais das áreas de uso comunitário, unidades de conservação, áreas prioritárias para a conservação, terras indígenas e áreas quilombolas adjacentes ao lote de concessão.

8. Identificação dos potenciais impactos negativos ambientais e sociais e ações para prevenção e mitigação pelo órgão gestor:

8.1 identificar os potenciais impactos ambientais e sociais relativos a atividade florestal ou de serviços, com base nas informações obtidas nos itens anteriores;

8.2 propor categorias de uso e conservação para o lote de concessão – zonas de manejo e de preservação;

8.3 analisar e propor mecanismos de prevenção e mitigação dos impactos socioambientais, decorrente do uso e conservação do lote de concessão.

9. Recomendações de restrições para a execução de atividades de manejo florestal, com base nas informações obtidas no item anterior, estabelecer diretrizes para a condução do processo licitatório e estabelecimento de concessões florestais e/ou de serviços.